

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

Contratação de empresa de consultoria especializada para a realização de estudos técnicos multidisciplinares de apoio à Administração Municipal de São Carlos visando à modernização das Políticas Públicas Municipais relacionadas ao planejamento territorial do município, por meio do atendimento das exigências do Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001), demais resoluções do Conselho Nacional das Cidades, bem como a integração desse planejamento com outras Políticas Públicas de planejamento municipal e seus planos setoriais locais vigentes (mobilidade, habitação, saneamento/ drenagem urbana), complementados com estudos técnicos e propostas para promoção da Sustentabilidade (ações para cidades sustentáveis, resilientes, inclusivas, por exemplo) em São Carlos (SP).

2 OBJETIVOS

A revisão das legislações indicadas deverá respeitar os seguintes objetivos:

- a) Provimento aos gestores públicos e à sociedade civil de São Carlos do apoio técnico necessário para apropriação dos projetos;
- b) Alinhamento das legislações ambientais e urbanísticas vigentes em São Carlos, eliminando as divergências e lacunas existentes;
- c) Atualização do regramento do ordenamento territorial do município, em especial a Lei Municipal nº 18.053/2013 e alterações posteriores, frente às condicionantes socioambientais, à transformação da dinâmica urbana e aos novos instrumentos e conceitos de planejamento urbano, ligados aos temas de cidades sustentáveis, resilientes, inclusivas, conectadas, compactas;
- d) Integração entre a atualização do regramento do ordenamento territorial do município os planos setoriais, locais vigentes (mobilidade, habitação, saneamento/ drenagem urbana)
- e) Ponderação e rebatimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU-HABITAT e pactuados pelo Brasil, na escala local de planejamento;
- f) Consideração dos mecanismos de planejamento urbano indicados na Nova Agenda Urbana, lançada no Habitat III, em 2016;

- g) Inclusão de objetivos e diretrizes voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas afeitas ao fenômeno do aquecimento global, pondo em relevo questões de sustentabilidade e a função ecológica da propriedade;
- h) Inclusão de novas definições e modalidades de parcelamento do solo, trazidas notadamente pela Lei Federal nº 13.465/2017 e outras ligadas a sustentabilidade;
- i) Avaliação e apoio especializado nos questionamentos formulados pelo Ministério Público Estadual quanto ao planejamento da ocupação territorial de São Carlos;
- j) Aderência aos resultados do processo participativo e das discussões técnicas que ocorrerão ao longo do projeto; e
- k) Simplificação e modernização da legislação urbanística e edilícia e dos procedimentos administrativos, facilitando a sua compreensão e aplicação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa de consultoria especializada para a elaboração de estudos técnicos multidisciplinares voltados ao planejamento territorial do Município de São Carlos.

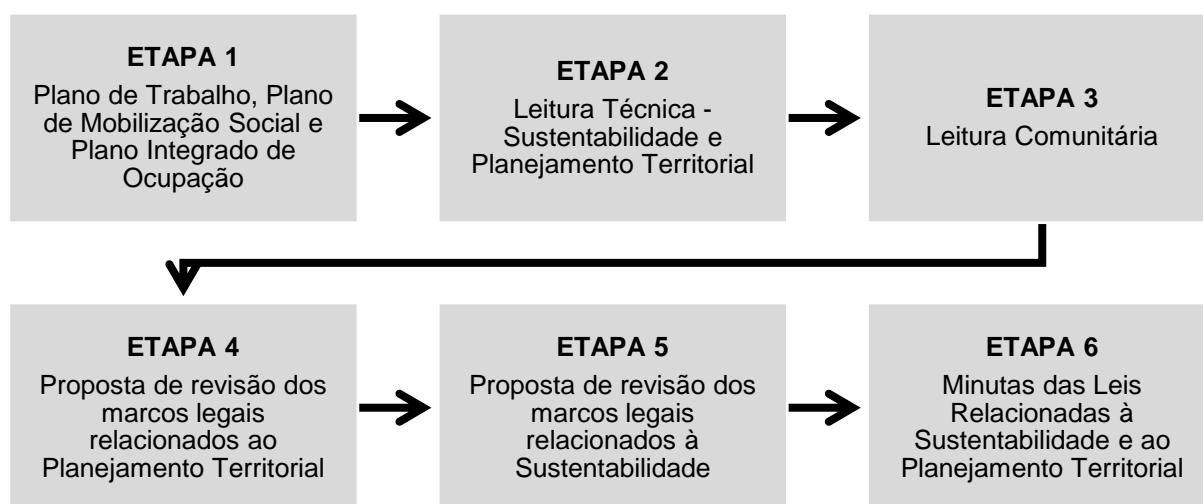
A consultoria atuará de forma integrada, contemplando:

- Diagnóstico territorial atualizado, considerando aspectos urbanos, ambientais, sociais e econômicos;
- Levantamento e análise da legislação aplicável, em especial o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), resoluções do Conselho Nacional das Cidades e normas correlatas;
- Integração com planos setoriais existentes, tais como mobilidade urbana, habitação, saneamento e drenagem urbana, de modo a garantir coerência e evitar sobreposição de ações;
- Elaboração de propostas e instrumentos técnicos que orientem a Administração Municipal na modernização de suas políticas públicas;
- Sugestão de ações voltadas à sustentabilidade urbana, buscando alinhar São Carlos às diretrizes de cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis.
- A solução será entregue por meio de relatórios técnicos, diagnósticos, mapas temáticos, propostas e recomendações práticas, de forma a subsidiar a tomada de decisão da Administração Municipal com base em evidências técnicas qualificadas.

Trata-se, portanto, de uma solução completa, que alia conformidade legal, inovação no planejamento urbano e fortalecimento institucional, garantindo que o Município esteja preparado para os desafios de desenvolvimento urbano sustentável no curto, médio e longo prazo.

4 ETAPAS DE ELABORAÇÃO

O escopo do trabalho deverá ser realizado em seis etapas, a saber:



As seis etapas serão detalhadas, considerando o escopo mínimo e as formas de envolvimento da prefeitura e da sociedade civil.

4.1 Etapa 1 – Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e Plano Integrado de Ocupação.

Deverá ser efetuado o alinhamento inicial entre a contratante e a contratada, visando a preparação dos trabalhos, junto com a formalização do Grupo de Trabalho, a ser composto por representantes da prefeitura municipal, responsável pela coordenação e acompanhamento do projeto.

O relatório da Etapa 1 deverá conter a metodologia do trabalho a ser realizado para a elaboração e revisão Políticas Públicas Municipais relacionadas ao Planejamento Territorial (Plano Diretor e Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo) e à Sustentabilidade (relacionadas com cidades sustentáveis e resilientes) do município, a saber:

- Plano de Trabalho: contendo cronograma dos produtos e detalhamento das atividades a serem realizadas ao longo do processo;

- Plano de Mobilização Social: identificação dos atores e agentes envolvidos no projeto, e propostas de ações para garantir a participação da sociedade civil;

Para possibilitar a troca de conhecimento e o nivelamento de conteúdo para as atividades previstas, deverá ser aplicada, nesta etapa, uma Oficina de Capacitação, a ser realizada pela Contratada para o Grupo de Trabalho e para o COMDUSC, de carga horária máxima de 4h.

PLANO INTEGRADO DE OCUPAÇÃO

Áreas onde será necessária a execução do Plano:

Em conformidade com a determinação do Ministério Público e com o disposto na Lei Municipal nº 18.025/2016, Artigo 47, parágrafo único, será necessária a elaboração e execução de um Plano Integrado de Ocupação para a região norte do perímetro urbano. Essa área localiza-se após o divisor de águas entre as bacias dos rios Jacaré e Mogi, apresentando trechos com solos predominantemente arenosos, o que exige uma urbanização controlada e investimentos específicos em infraestrutura, com destaque para sistemas de drenagem;

Nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) específico, deverá ser elaborado o Plano Integrado de Ocupação para a região do Córrego do Água Quente, incluindo as medidas necessárias para sua revitalização ambiental, urbana e social.

O Plano deverá conter as diretrizes para ocupação e resolução dos passivos ambientais, sociais e de infraestrutura, contemplando, no mínimo, os seguintes itens:

- Controle da ocupação do solo, como medida essencial para a gestão territorial, preservação da qualidade de vida e conservação ambiental;
- Proteção e recuperação das áreas ambientalmente frágeis;
- Levantamento planialtimétrico da área;
- Levantamento geotécnico com identificação das características do solo e suas limitações à ocupação;
- Diretrizes de infraestrutura viária e mobilidade urbana;
- Propostas de infraestrutura para abastecimento de água e tratamento/disposição adequada de esgoto;
- Dimensionamento de sistema de drenagem pluvial capaz de suportar eventos com período de retorno de 100 anos;

- Previsão de equipamentos públicos e estruturas urbanas necessárias para atendimento das demandas da população local.

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 60 dias.

4.2 Etapa 2 – Leitura Técnica – Sustentabilidade e Planejamento Territorial

Os trabalhos desenvolvidos nesta etapa objetivam a caracterização e a análise da situação atual do município de São Carlos, frente à dinâmica de uso e ocupação do espaço urbano e rural, identificando os principais problemas, conflitos e suas potencialidades com impacto na atualização da política de planejamento territorial do município.

Todas as informações levantadas deverão estar espacializadas em mapas, em escala adequada, apresentados pela Contratada em meio físico e meio digital.

Deverá ainda ser feita análise individualizada de cada aspecto abordado (interrelações), permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades do município de São Carlos, contemplando obrigatoriamente o conteúdo mínimo previsto para cada um dos oito eixos temáticos listados a seguir:

a) Aspectos Regionais:

- Inserção de São Carlos na Região Administrativa, bem como outras governanças regionais e suas relações com as localidades e polos econômicos mais próximos.

b) Aspectos Ambientais:

- Identificação das condições de hidrografia, relevo, áreas de interesse e de preservação ambiental;
- Áreas potenciais de risco para ocupação: áreas inundáveis, áreas de alta declividade (acima de 30%) e sujeitas à erosão; Identificação da existência de passivos ambientais em porções do território, que possam influenciar na ocupação urbana;

c) Aspectos da Sustentabilidade:

- Identificação e análise de ações e políticas públicas ligadas ao tema da sustentabilidade, na escala local, estadual e/ou federal, com impacto no município de São Carlos;
- Análise de indicadores

d) Aspectos Socioeconômicos:

- Avaliação dos dados referentes ao perfil demográfico e econômico do município, com o levantamento e análise de indicadores relevantes, tendências e projeções para compreensão dos aspectos socioeconômicos de São Carlos;
- e) Aspectos Territoriais:
- Evolução da mancha urbana;
 - Análise do uso e ocupação do solo urbano;
 - Identificação da demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, com enfoque nos principais entraves e condicionantes espaciais existentes;
 - Áreas habitacionais e padrões existentes, morfologias de ocupação do território,
 - Análise dos aspectos legais de ordenamento territorial com destaque para o Zoneamento Municipal;
 - Identificação da presença de patrimônio histórico-cultural, com influência no desenvolvimento urbano do município;
 - Outros.
- f) Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos:
- Análise dos principais indicadores de saneamento ambiental, considerando os quatro setores: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos;
 - Distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
 - Caracterização da mobilidade urbana local (frota, sistema viário, transporte coletivo e não motorizado);
 - Distribuição de equipamentos sociais;
- g) Aspectos Institucionais:
- Estrutura administrativa municipal, considerando a análise do sistema de informações municipais e da gestão democrática;
 - Capacidade de investimento do município
 - Outros.
- h) Considerações Finais, com destaque para:
- Identificação de áreas enfatizando a relação das densidades construtivas e demográficas e devidas capacidades de suporte;
 - Tendências de expansão urbana;
 - Outros.

Base de Dados Georreferenciada:

- Organização da Base de Dados Georreferenciada, considerando o Datum SIRGAS 2000, utilizada para apoio da leitura da realidade do município de São Carlos, tendo em vista os itens que seguem:
- Cartas temáticas municipais, elaboradas a partir de fontes pré-existentes;
- Levantamento de dados secundários, relativos a aspectos territoriais, socioeconômicos, ambientais, de infraestrutura urbana, coletados em fontes oficiais amplamente reconhecidas (IBGE, MapBiomas, IPT/CPRM, SEMIL, IGC, DER, entre outros);

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 60 dias.

4.3 Etapa 3 – Leitura Comunitária

O diagnóstico técnico de São Carlos deverá ser complementado por meio da realização de um processo de Participação Comunitária, para obter entendimento do município por meio da visão dos munícipes quanto ao futuro da sua cidade. Esta etapa deverá conter análise crítica das contribuições recebidas da sociedade civil.

A contratada deverá indicar proposta para a programação, planejamento, metodologia, apoio, execução e formas de condução da participação comunitária, para que o processo seja efetivo e represente a visão dos munícipes quanto ao planejamento da ocupação do território e desenvolvimento de São Carlos.

Para a realização da Leitura Comunitária do município deverão ser realizadas:

- Seis (06) Oficinas Participativas de Bairro (divididas por agrupamento de bairro), para apresentar a importância da legislação urbanística e sua revisão e pactuar a visão coletiva para o futuro do município; e
- Duas (02) Audiências Públicas, para apresentação a Etapa 2 e recebimento de sugestões sobre o diagnóstico e destinos do município.
- Apoio na organização e infraestrutura para realização das Oficinas e Audiências Públicas.

Este processo permitirá assegurar a legitimidade da participação da comunidade, baseado nos dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 e nas legislações específicas relacionadas à sustentabilidade.

A contratada dará suporte e fornecerá o conteúdo para a elaboração de material informativo e audiovisual, que deverá ser elaborado em linguagem simples, objetiva e acessível ao público, e será distribuído pelos canais de comunicação da Prefeitura de São Carlos.

A infraestrutura para som, imagem e gravações desta etapa deverá ser fornecida pela contratada, que deverá preparar e disponibilizar nos locais públicos indicados pela Prefeitura de São Carlos.

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 60 dias.

4.4 Etapa 4 - Proposta de revisão dos marcos legais relacionados ao Planejamento Territorial

Elaboração de cenários de desenvolvimento de São Carlos, permitindo orientar o processo de planejamento territorial, incluindo as diversas variáveis que afetam o futuro da cidade (população, habitação, infraestrutura, meio ambiente, mobilidade etc.)

Indicação dos instrumentos de planejamento necessários para dar suporte à execução de políticas públicas relacionadas a ocupação territorial.

Como resultado, deverão ser estruturadas propostas para revisão dos marcos legais relacionados com Planejamento Territorial:

Objetivos e os princípios que nortearão a atualização da política de planejamento territorial do município, a ser consolidada no Plano Diretor e a forma de integração com as demais políticas setoriais vigentes;

Definição e detalhamento de Instrumentos urbanísticos, com destaque para:

- Elaboração de diretrizes para regularização fundiária;
- Atualização de critérios e áreas para aplicabilidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Definição dos instrumentos financeiros, orçamentários e tributários relacionados à política de planejamento territorial.
- Atualização das regras de Produção e Ordenamento territorial, a saber:
- Elaboração e atualização das diretrizes para a produção e o ordenamento território;
- Atualização dos perímetros(s) urbano(s) e do zoneamento municipal;

- Atualização das diretrizes e normas para a divisão do solo urbano – parcelamento do solo;
- Entendimento das necessidades técnicas para ocupação de vetores urbanos.
- Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento territorial

Esta etapa deverá contemplar ainda a realização de reuniões junto ao Grupo de Trabalho, ao COMDUSC e à sociedade civil, por grandes temas do Planejamento Territorial, com foco na pactuação das propostas, a saber:

- Duas reuniões com Grupo de Trabalho;
- Reunião com o COMDUSC para apresentação das propostas técnicas;
- Realização de 06 Oficinas Participativas de Bairro Devolutivas, para apresentação das propostas, com base na devolutiva do resultado do primeiro ciclo de reuniões comunitárias (Etapa 3);
- 02 Encontros Temáticos, com objetivo de apresentar as propostas técnicas dos seguintes temas:
 - Instrumentos Urbanísticos
 - Ordenamento territorial
- 02 Audiências Públicas para apresentação e debate das propostas do planejamento territorial;

A contratada dará suporte e fornecerá o conteúdo para a elaboração de material informativo e audiovisual, que deverá ser elaborado em linguagem simples, objetiva e acessível ao público, e será distribuído pelos canais de comunicação da Prefeitura de São Carlos.

A infraestrutura para som, imagem e gravações desta etapa deverá ser fornecida pela contratada, que deverá preparar e disponibilizar nos locais públicos indicados pela Prefeitura de São Carlos.

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 60 dias.

4.5 Etapa 5 – Proposta de revisão dos marcos legais relacionados à Sustentabilidade

Após finalização e consolidação da Etapa 4, esta etapa deverá contemplar a proposição de eixos estratégicos, tendo como escopo mínimo:

- Elaboração de diretrizes que orientarão a edição de políticas públicas relacionadas ao tema da sustentabilidade;
- Orientação para revisão e/ou atualização de legislações relacionadas à regulação urbana, com foco na promoção da sustentabilidade e da resiliência urbana;
- Diretrizes e instrumentos que promovam um maior acesso à terra e a moradia;
- Avaliação e proposição de vetores de expansão e processos integrados de ocupação;
- Medidas de adaptação para mitigar os efeitos das mudanças climáticas;
- Proteção e valorização do patrimônio natural e ambiental;
- Diretrizes para a qualificação do espaço urbano e atualização e revisão de planos municipais sinérgicos ao PDM;
- Proposta de projetos estruturantes dos diversos setores estratégicos relacionados à promoção da sustentabilidade e da resiliência urbana, a serem executados a curto, médio e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;

Esta etapa deverá contemplar processo participativo, considerando:

- Duas reuniões com Grupo de Trabalho para discussão e construção da proposta dos eixos estratégicos, considerando os temas afeitos à sustentabilidade e à resiliência urbana;
- Reunião com o COMDUSC para apresentação das propostas técnicas;
- 01 Encontro Temático, com objetivo de apresentar as propostas técnicas dos eixos estratégicos ligados ao tema da sustentabilidade e da resiliência urbana;
- 01 Audiência Pública para apresentação e debate das propostas dos eixos estratégicos ligados ao tema da sustentabilidade e da resiliência urbana;

A contratada dará suporte e fornecerá o conteúdo para a elaboração de material informativo e audiovisual, que deverá ser elaborado em linguagem simples, objetiva e acessível ao público, e será distribuído pelos canais de comunicação da Prefeitura de São Carlos.

A infraestrutura para som, imagem e gravações desta etapa deverá ser fornecida pela contratada, que deverá preparar e disponibilizar nos locais públicos indicados pela Prefeitura de São Carlos.

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 45 dias.

4.6 Etapa 6 - Minutas das Leis da Política Municipal Relacionadas à Sustentabilidade e ao Planejamento Territorial

O conteúdo apresentado nas Etapas 4 e 5 será a base para a proposta da Minuta do Plano Diretor Estratégico de São Carlos, que deverá contemplar, no mínimo, a Política Municipal de Sustentabilidade e de Planejamento Territorial, as diretrizes e normas para o reordenamento territorial (macrozoneamento e zoneamento), os instrumentos urbanísticos e as propostas para garantir o direito à cidade sustentável e resiliente; a qual deverá seguir modelo jurídico-institucional da Prefeitura Municipal de São Carlos, incluindo os anexos necessários para sua correta compreensão.

Este relatório servirá como base para o(s) Projeto(s) de Lei(s) que a será(ão) encaminhado(s) à Câmara Municipal para apreciação e deliberação.

Por fim, deverá ser consolidado a base dados geográficos e de mapas temáticos.

Todos os temas/layers/shapes integrantes deverão estar referenciados, considerando o Datum SIRGAS 2000.

- O BDG e os mapas, devem ao menos, contemplar elementos como:
- Arruamento, faixas de domínio, loteamentos existentes;
- Áreas Protegidas e com restrição;
- Habitação e áreas de REURB-S;
- Equipamentos Urbanos;
- Outros.

Esta etapa deverá contemplar processo participativo, considerando:

- Duas reuniões com Grupo de Trabalho e uma reunião com o COMDUSC para apresentação e validação da versão consolidada das propostas, no formato minuta de lei;
- 01 Audiência Pública, com objetivo de apresentar a versão consolidada da proposta técnica, no formato minuta de lei; e
- Duas Oficinas de capacitação dos gestores e técnicos municipais;

A contratada dará suporte e fornecerá o conteúdo para a elaboração de material informativo e audiovisual, que deverá ser elaborado em linguagem simples, objetiva e acessível ao público, e será distribuído pelos canais de comunicação da Prefeitura de São Carlos.

A infraestrutura para som, imagem e gravações desta etapa deverá ser fornecida pela contratada, que deverá preparar e disponibilizar nos locais públicos indicados pela Prefeitura de São Carlos.

Medição da Etapa: entrega de relatório com atendimento da etapa.

Prazo: 45 dias.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Das obrigações da contratante

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência ou no Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2 Obrigações da contratada

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua Proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter contato frequente com a equipe de fiscalização do contrato, dirimindo dúvidas e mantendo informado a respeito do andamento dos serviços que estão sendo realizados;
- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização fica à responsabilidade da equipe técnica da Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura que designará um responsável para o acompanhamento dos trabalhos e avaliação do material entregue em todas as etapas dos serviços. A supervisão será realizada simultaneamente entre profissionais indicados expressamente das Contratante e Contratada, a fim de sanar todas pormenores que vierem a surgir.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será conforme a planilha orçamentária estimativa anexa a este TR.

Valor: R\$ 1.691.553,40

8 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será por medições mensais, conforme cronograma físico-financeiro anexo a este TR.

9 GARANTIA

Como condição para a assinatura do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato. A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e deverá ter validade igual ou superior à vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações, e será devolvida ou liberada após a verificação do cumprimento integral do contrato. A Administração poderá executar a garantia

nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada.

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ficha: 848

Dotação orçamentária: 46.01.16.482.2068.2.806.3.3.90.39.01.1100000

Fonte: 1 – Tesouro Sub-Elemento: 5 – Serviços Técnicos Profissionais

São Carlos, 12 de dezembro de 2025

Leonardo Lazaro Silva
Secretário Municipal
Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura

ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Preço Unitário sem BDI	Preço Total com BDI
1.0	Etapa 1				169.155,34
	Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e Plano Integrado de Ocupação	un.	1,00	169.155,34	169.155,34
2.0	Etapa 2				422.888,35
	Leitura Técnica – Sustentabilidade e Planejamento Territorial	un.	1,00	422.888,35	422.888,35
3.0	Etapa 3				253.733,01
	Leitura Comunitária	un.	1,00	253.733,01	253.733,01
4.0	Etapa 4				338.310,68
	Proposta de revisão dos marcos legais relacionados ao Planejamento	un.	1,00	338.310,68	338.310,68
5.0	Etapa 5				338.310,68
	Proposta de revisão dos marcos legais relacionados à Sustentabilidade	un.	1,00	338.310,68	338.310,68
6.0	Etapa 6				169.155,34
6.1	Minutas das Leis da Política Municipal Relacionadas à Sustentabilidade e ao Planejamento Territorial	un.	1,00	169.155,34	169.155,34
	TOTAL GERAL				1.691.553,40

ANEXO II – CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	TOTAL
1.0	Etapa 1	75,00%	25,00%									100,00%
		126.866,51	42.288,84	-	-	-	-	-	-	-	-	169.155,34
2.0	Etapa 2		50,00%	50,00%								100,00%
		-	211.444,18	211.444,18	-	-	-	-	-	-	-	422.888,35
3.0	Etapa 3				50,00%	50,00%						100,00%
		-	-	-	126.866,51	126.866,51	-	-	-	-	-	253.733,01
4.0	Etapa 4						50,00%	50,00%				100,00%
		-	-	-	-	-	169.155,34	169.155,34	-	-	-	338.310,68
5.0	Etapa 5								75,00%	25,00%		100,00%
		-	-	-	-	-	-	-	253.733,01	84.577,67	-	338.310,68
6.0	Etapa 6									25,00%	75,00%	100,00%
		-	-	-	-	-	-	-	-	42.288,84	126.866,51	169.155,34
TOTAL		126.866,51	253.733,01	211.444,18	126.866,51	126.866,51	169.155,34	169.155,34	253.733,01	126.866,51	126.866,51	1.691.553,40

ANEXO III - CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E PONTUAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica para elaboração da Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, deverá ser composta por profissionais multidisciplinares especializados no universo de variáveis contemplado pelos estudos, de modo a garantir uma análise sistêmica de cada um dos tópicos exigidos (Não será aceito acúmulo de funções para os coordenadores).

Deverá dispor de pessoal qualificado dentro do perfil de cada categoria profissional, obedecendo aos requisitos mínimos descritos a seguir:

- **Coordenador Geral:** profissional graduado em Arquitetura e Urbanismo, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, experiência na formulação, coordenação de processos de elaboração e/ou de revisão de planos diretores e legislação urbanística de municípios, com no mínimo, população superior a 127.428 habitantes.
- **Coordenador Urbanístico:** profissional graduado em arquitetura e urbanismo ou engenharia, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, experiência na formulação, execução e/ou acompanhamento de planos diretores de municípios, com, no mínimo, população superior a 127.428 habitantes.
- **Coordenador Jurídico:** advogado com experiência profissional na área de direito urbanístico e que comprove, mediante apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada, experiência na elaboração de planos diretores e legislação de zoneamento.
- **Coordenador Social:** profissional graduado em Ciências Sociais, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia e/ou serviço social, que comprove, mediante apresentação de trabalhos com processo participativo na área de gestão urbana ou elaboração de planos diretores e/ou urbanísticos.
- **Coordenador de Geotecnologia:** profissional graduado em Engenharia Cartográfica, Geografia, Engenharia Agrimensura, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, emitido por pessoa

jurídica pública ou privada, experiência em trabalhos de geoprocessamento e elaboração de mapas temáticos para projetos de planejamento ou desenvolvimento urbano.

- **Consultor Ambiental:** Profissional da área de Geografia, Biologia, Engenharia Ambiental, especialista em ciências ambientais com experiência comprovada de, no mínimo 5 anos, em trabalhos ligados a estudos ambientais e/ou planejamento territorial e urbano.

Equipe Mínima	Profissionais que deverão comprovar capacidade
01 Coordenador Geral	Profissional graduado em Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, experiência na formulação, coordenação de processos de elaboração e/ou de revisão de planos diretores e legislação urbanística de municípios, com no mínimo, população superior a 127.428 habitantes (50% Censo IBGE de 2022).
01 Coordenador Urbanístico	Profissional graduado em arquitetura e urbanismo ou engenharia, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, experiência na formulação, execução e/ou acompanhamento de planos diretores de municípios, com, no mínimo, população superior a 127.428 habitantes (50% Censo IBGE de 2022).
01 Coordenador Jurídico	Advogado com experiência profissional na área de direito urbanístico e que comprove, mediante apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada, experiência na elaboração de planos diretores e legislação de zoneamento.
01 Coordenador Social	Profissional graduado em Ciências Sociais, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia e/ou serviço social, que comprove, mediante apresentação de trabalhos com processo participativo na área de gestão urbana ou elaboração de planos diretores e/ou urbanísticos.
01 Coordenador de Geotecnologia	profissional graduado em Engenharia Cartográfica, Geografia, Engenharia Agrimensura, que comprove, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, emitido por pessoa jurídica pública ou privada, experiência em trabalhos de geoprocessamento e elaboração de mapas temáticos para projetos de planejamento ou desenvolvimento urbano.
02 Arquitetos urbanistas	Comprovada participação em trabalhos de elaboração de Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
01 Economista	Comprovada participação em trabalhos de elaboração de Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
01 Administrador de empresas	Comprovada participação em trabalhos de elaboração de Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
01 Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal ou Biólogo	Comprovada participação em trabalhos de elaboração de Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

Equipe Mínima	Profissionais que deverão comprovar capacidade
01 Especialista em Geoprocessamento	Comprovada participação em trabalhos de elaboração de Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

ANEXO IV - DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E PREÇOS

1 CONSIDERAÇÃO GERAIS PARA COMPROVAÇÃO DOS QUESITOS PONTUÁVEIS

O critério de julgamento da presente licitação, tipo “Técnica e Preço”, em observância às disposições contidas na Lei Federal 14.133/2021, considerará vencedor o licitante que obtiver a melhor classificação, de acordo com os seguintes critérios:

1.1 NOTA TÉCNICA FINAL (NT)

A Nota técnica final será obtida pelo somatório das notas técnicas parciais, de acordo com a seguinte expressão:

$$NT = (NT1 + NT2) / 10$$

- Experiência Profissional da equipe técnica da empresa (NT1) – Pontuação Máxima: 50 pontos;
- Proposta Técnica conforme Termo de Referência (NT2) – Pontuação Máxima: 50 pontos;

1.2 NOTA COMERCIAL (NC)

A Nota comercial será avaliada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$NC = 8,00 + 2,00 (V_{max} - V_{prop}) / V_{max}.$$

Sendo:

NC = Nota Comercial

V_{max} = Maior valor total apresentado pelas licitantes;

V_{prop} = Valor proposto pela licitante

1.3 NOTA FINAL (NF)

A nota final será obtida através da seguinte expressão:

$$NF=7,00 \times NT + 3,00 \times NC$$

Sendo:

NF= Nota Final da Proposta

NT = Nota Técnica Final

NC = Nota Comercial

1.4. A licitante que não obtiver pontuação no item 2.1.1.1a e 2.1.1.2a, será desclassificada.

2 DA AVALIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica deverá ser constituída dos seguintes aspectos:

- a) Contextualização do Assunto;
- b) Metodologia; e
- c) Programa de Trabalho

2.1 PROPOSTA TÉCNICA

A pontuação da Proposta Técnica deverá ser feita de acordo com seguintes critérios:

PROPOSTA TÉCNICA	PONTUAÇÃO	
Experiência profissional da equipe técnica e da empresa (NT1)	50	Formação Acadêmica = 15 pontos Experiência Profissional = 20 pontos Experiência da Empresa = 15 pontos
Proposta Técnica conforme Termo de Referência (NT2)	50	Contextualização = 15 pontos Metodologia = 20 pontos Plano de Trabalho = 15 pontos
Pontuação máxima final	100	

2.1.1. Experiência profissional e Equipe Técnica - NT1

2.1.1.1 Critério – Formação Acadêmica			
Equipe de Coordenação Executiva		Pontuação	Pontuação Máxima
	Especialização em área compatível	3	9

a) Coordenador Geral	Mestrado em área compatível	6	
b) Coordenador Social	Especialização em área compatível	1	3
	Mestrado em área compatível	2	
c) Coordenador Urbanístico	Especialização em área compatível	1	3
	Mestrado em área compatível	2	
Total de Pontos			15

2.1.1.2 Critério – Experiência da equipe técnica

Equipe de Coordenação		Pontuação	Pontuação Máxima
a) Coordenador Geral (Pontuação máxima 15 pontos)	Experiência comprovada na Coordenação de Planos Diretores, através da respectiva CAT (máximo = 2)	3 pontos por CAT	06 pontos
	Experiência comprovada na Coordenação de trabalhos de planejamento territorial urbano ou regional, através da respectivo CAT (Máximo = 2)	3 pontos por CAT	06 pontos
	Experiência comprovada na elaboração de outros planos urbanísticos, através da respectiva CAT (máximo = 2)	1,5 pontos por CAT	03 pontos
b) Coordenador social (Pontuação máxima 02 pontos)	Experiência comprovada na Coordenação de processos participativos (máximo = 2)	1 ponto por Atestado/ CAT	02 pontos
c) Coordenador Urbanístico (Pontuação máxima 03 pontos)	Experiência comprovada na Elaboração de Plano Diretor, através da respectiva CAT (máximo = 3)	1 ponto por Atestado/ CAT	03 pontos
Total de Pontos			20

2.1.1.3 Critério – Experiência da empresa

A experiência da empresa deverá ser comprovada através de serviços executados em Municípios com população superior a 127.428 habitantes

Empresa	Pontuação	Pontuação Máxima
---------	-----------	------------------

a) Experiência comprovada na elaboração de trabalhos de Plano Diretor (máximo = 4)	2 pontos por Atestado	8 pontos
b) Capacitação Comprovada em cursos para elaboração de Planos Diretores Municipais, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado (máximo= 1)	2 pontos por Atestado	2 pontos
c) Experiência comprovada na elaboração de outros trabalhos de planejamento territorial urbano ou regional (máximo = 5)	1 ponto por Atestado	5 pontos
Total de Pontos		15

2.1.2. Proposta Técnica conforme Termo de Referência – NT2 (Pontuação máxima 50 pontos)

2.1.2.1 Itens da Proposta Técnica – Contextualização do Assunto			
Deve apresentar conhecimento sobre o objeto deste edital, considerando o marco legal existente e sua relação com as mudanças a serem promovidas no âmbito da reforma urbana.			
Pontuação	Critérios de Avaliação da pontuação	Descrição do conteúdo da Proposta	Número Máximo de páginas
15	0%	Não apresentar o texto discursivo sobre o objeto	10 páginas
	50%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	75%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	100%	Apresentar o texto discursivo sobre o objeto de forma plena e coerente não deixando margem de dúvidas	

2.1.2.2 Itens da Proposta Técnica – Metodologia			
Deve analisar a abordagem multidisciplinar para tratamento do tema; o enfoque participativo além de identificar os referenciais teóricos; as abordagens e os aspectos práticos do trabalho, métodos e metodologias recomendadas para elaboração da legislação urbanística.			
Pontuação	Critérios de Avaliação da	Descrição do conteúdo da Proposta	Número Máximo de

	pontuação		páginas
20	0%	Não apresentar o texto discursivo sobre o objeto	10 páginas
	50%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	75%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	100%	Apresentar o texto discursivo sobre o objeto de forma plena e coerente não deixando margem de dúvidas	

2.1.2.3 Itens da Proposta Técnica – Programa de Trabalho

Exposição do Plano de Trabalho com cronograma de execução para a consecução dos produtos descritos no Termo de Referência.

Pontuação	CrITÉRIOS de Avaliação da pontuação	Descrição do conteúdo da Proposta	Número Máximo de páginas
15	0%	Não apresentar o texto discursivo sobre o objeto	05 páginas
	50%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	75%	Apresentar texto discursivo sobre o objeto com elementos importantes, mas que atende parcialmente com lacunas relevantes.	
	100%	Apresentar o texto discursivo sobre o objeto de forma plena e coerente não deixando margem de dúvidas	